

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	150.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>150.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	471.285	471.223
1.01	Ativo Circulante	75.604	82.697
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	61.893	68.057
1.01.03	Contas a Receber	12.412	12.800
1.01.03.01	Clientes	12.412	12.800
1.01.06	Tributos a Recuperar	698	513
1.01.07	Despesas Antecipadas	491	1.071
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	110	256
1.01.08.03	Outros	110	256
1.01.08.03.01	Outros Créditos	110	256
1.02	Ativo Não Circulante	395.681	388.526
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.904	14.043
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.582	13.773
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.582	13.773
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	322	270
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	322	270
1.02.03	Imobilizado	29.642	31.230
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	29.642	31.230
1.02.04	Intangível	353.135	343.253
1.02.04.01	Intangíveis	353.135	343.253

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	471.285	471.223
2.01	Passivo Circulante	324.974	336.617
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.491	4.028
2.01.02	Fornecedores	5.128	9.830
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.128	9.830
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.638	2.698
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.638	2.698
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.638	2.698
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	306.993	315.740
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	306.993	315.740
2.01.05	Outras Obrigações	3.420	4.115
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.960	3.633
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.588	1.783
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.372	1.850
2.01.05.02	Outros	460	482
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	453	453
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	7	29
2.01.06	Provisões	3.304	206
2.01.06.02	Outras Provisões	3.304	206
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	3.304	206
2.02	Passivo Não Circulante	10.269	8.578
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	259	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	259	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	259	0
2.02.02	Outras Obrigações	4.300	4.382
2.02.02.02	Outros	4.300	4.382
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	4.300	4.382
2.02.04	Provisões	5.710	4.196
2.02.04.02	Outras Provisões	5.710	4.196
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	5.441	4.115
2.02.04.02.05	Provisão para perdas tributárias, trabalhista e cíveis	269	81
2.03	Patrimônio Líquido	136.042	126.028
2.03.01	Capital Social Realizado	150.000	150.000
2.03.02	Reservas de Capital	474	444
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	474	444
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-14.432	-24.416

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	53.495	53.063
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.587	-36.676
3.03	Resultado Bruto	14.908	16.387
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.875	-4.384
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.876	-4.384
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.033	12.003
3.06	Resultado Financeiro	2.153	-14.454
3.06.01	Receitas Financeiras	15.378	1.107
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.225	-15.561
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.186	-2.451
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.202	784
3.08.01	Corrente	-4.011	0
3.08.02	Diferido	-1.191	784
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.984	-1.667
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.984	-1.667
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,06656	-0,01111

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	9.984	-1.667
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.984	-1.667

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.325	15.980
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	15.451	17.998
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido	9.984	-1.667
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	4.013	3.909
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	-1.306	15.439
6.01.01.05	Constituição de provisão para manutenção	1.037	981
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para manutenção	289	59
6.01.01.07	Plano de opção com base em ações	30	62
6.01.01.09	Tributos diferidos	1.191	-784
6.01.01.10	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-8	-1
6.01.01.11	Constituição de provisão para perdas trabalhistas e cíveis	153	0
6.01.01.12	Atualização monetária provisão para perdas trabalhistas e cíveis	68	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.126	-2.018
6.01.02.01	Clientes	388	-797
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-185	-950
6.01.02.03	Despesas antecipadas	580	771
6.01.02.04	Outros créditos	146	-232
6.01.02.05	Pagamentos dos depósitos judiciais	-44	-68
6.01.02.06	Fornecedores	-4.702	-546
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-537	-552
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-60	-378
6.01.02.09	Partes relacionadas	-673	1.639
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-104	-905
6.01.02.11	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-33	0
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social	3.098	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.307	-13.669
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-73	-952
6.02.02	Aquisição de intangível	-12.234	-12.717
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.182	13.776
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	339	17.773
6.03.04	Juros pagos	-7.507	-3.997
6.03.05	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-14	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.164	16.087
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.057	40.301
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	61.893	56.388

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	150.000	444	0	-24.416	0	126.028
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	444	0	-24.416	0	126.028
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	30	0	0	0	30
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	30	0	0	0	30
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.984	0	9.984
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.984	0	9.984
5.07	Saldos Finais	150.000	474	0	-14.432	0	136.042



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	150.000	280	0	-28.558	0	121.722
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.000	280	0	-28.558	0	121.722
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	62	0	0	0	62
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	62	0	0	0	62
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.667	0	-1.667
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.667	0	-1.667
5.07	Saldos Finais	150.000	342	0	-30.225	0	120.117

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
7.01	Receitas	57.365	56.896
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	45.259	44.784
7.01.02	Outras Receitas	162	268
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	11.944	11.844
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-29.591	-30.431
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-28.773	-26.811
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-818	-3.620
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.774	26.465
7.04	Retenções	-4.013	-3.909
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.013	-3.909
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.761	22.556
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.378	1.107
7.06.02	Receitas Financeiras	15.378	1.107
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	39.139	23.663
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	39.139	23.663
7.08.01	Pessoal	6.295	6.033
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.930	4.906
7.08.01.02	Benefícios	1.131	939
7.08.01.03	F.G.T.S.	234	188
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.072	3.049
7.08.02.01	Federais	6.860	861
7.08.02.03	Municipais	2.212	2.188
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.788	16.248
7.08.03.01	Juros	12.027	15.439
7.08.03.02	Aluguéis	563	687
7.08.03.03	Outras	1.198	122
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.984	-1.667
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.984	-1.667

## ECO101 anuncia resultado do 1T16:

### Custos Caixa reduziram 3,3%

**Serra, 12 de maio de 2016** – ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016 (1T16). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2015 (1T15).

#### DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego no 1T16 foi de 12.131 mil veículos equivalentes pagantes.
- O EBITDA, no 1T16, foi de R\$17,0 milhões (margem de 31,8%), crescimento de 1,9 ponto percentual. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$18,1 milhões com margem EBITDA Pró-forma de 43,5%.
- A receita líquida no 1T16 foi de R\$ 53,1 milhões.

Destques			
(em milhões de R\$)	1T16	1T15	Var.
Volume de tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	12.131	14.219	-14,7%
Tarifa média <sup>1</sup>	3,73	3,15	18,4%
Receita líquida	53,5	53,1	0,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido	10,0	(1,7)	n.m.
EBITDA Pró-forma <sup>2</sup>	18,1	16,9	7,1%
Margem EBITDA Pró-Forma	43,5%	40,9%	+2,6 p.p.
Capex	12,3	13,7	-10,2%

<sup>1</sup> em Reais

<sup>2</sup> Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção

#### COMPANHIA

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (“ECO101” ou “Companhia”) tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que inclui os serviços de

## Comentário do Desempenho

recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos.

A rodovia acessa cinco importantes portos: o de Vitória e o de Tubarão, na capital, o do Açú (ainda em construção), no Rio de Janeiro, o de Ilhéus, na Bahia, e o da Barra do Riacho. A rodovia dá acesso ainda às principais praias capixabas, como as Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante todo o ano.

### ANÁLISE DO RESULTADO

#### VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 12.131 mil no 1T16, queda de 14,7% quando comparado aos 14.219 mil no 1T15, devido ao arrefecimento da economia e início da não cobrança de eixos suspensos a partir de abril de 2015.

<b>VOLUME DE TRÁFEGO</b> (veículos equivalentes pagantes x mil)	<b>1T16</b>	<b>1T15</b>	<b>Var.</b>
<b>Comercial</b>	7.626	9.550	-20,1%
<b>Passeio</b>	4.505	4.669	-3,5%
<b>VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO</b>	<b>12.131</b>	<b>14.219</b>	<b>-14,7%</b>

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

#### TARIFA MÉDIA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente pagante:

<b>Tarifa Média</b> (em R\$ / veículos equivalentes pagantes)	<b>1T16</b>	<b>1T15</b>	<b>Var.</b>
ECO101	3,73	3,15	18,4%

#### RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$ 57,4 milhões no 1T16, aumento de 0,9% em relação aos R\$56,9 milhões apurados no 1T15.

<b>Receita Bruta</b> (em milhões de R\$)	<b>1T16</b>	<b>1T15</b>	<b>Var.</b>
Receitas de Pedágio	45,3	44,8	1,1%
Receitas Acessórias	0,2	0,3	-33,3%
Receita de Construção ICPC-01	11,9	11,8	0,8%
<b>Total</b>	<b>57,4</b>	<b>56,9</b>	<b>0,9%</b>

## Comentário do Desempenho

### CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS e ADMINISTRATIVAS

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 40,5 milhões em 1T16, queda de 1,3% quando comparado aos R\$41,0 milhões no 1T15. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 23,5 milhões no 1T16, inferior 3,4% quando comparado a 1T15.

<b>Custos operacionais e despesas administrativas</b>			
<b>(em milhões de R\$)</b>	<b>1T16</b>	<b>1T15</b>	<b>Var.</b>
Pessoal	6,3	6,0	5,0%
Conservação e manutenção	3,7	3,7	0,0%
Serviços de terceiros	8,9	9,7	-8,2%
Poder concedente, seguros e locações	2,5	2,7	-7,4%
Outros	2,1	2,	-4,5%
<b>Custos caixa</b>	<b>23,5</b>	<b>24,3</b>	<b>-3,4%</b>
Depreciação/Amortização	4,0	3,9	2,6%
Provisão Manutenção ICPC 01	1,0	1,0	0,0%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	11,9	11,8	0,8%
<b>TOTAL</b>	<b>40,5</b>	<b>41,0</b>	<b>-1,3%</b>

### EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$18,1 milhões com margem EBITDA Pró-forma de 43,5%.

O EBITDA totalizou R\$ 17,0 milhões no 1T16, aumento de 6,9%. A margem EBITDA atingiu 31,8%, aumento de 1,9 pontos percentuais em relação ao 1T15. O aumento na margem foi resultante, principalmente, da redução dos custos e despesas administrativas.

<b>EBITDA</b>			
<b>(em milhões de R\$)</b>	<b>1T16</b>	<b>1T15</b>	<b>Var.</b>
Lucro Líquido/Prejuízo	10,0	(1,7)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	5,2	(0,8)	n.m.
Resultado financeiro	(2,2)	14,5	-115,2%
Depreciação e amortização	4,0	3,9	2,6%
<b>EBITDA</b>	<b>17,0</b>	<b>15,9</b>	<b>6,9%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>31,8%</b>	<b>29,9%</b>	<b>1,9 p.p..</b>

## Comentário do Desempenho

### RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 1T16 foi positivo em R\$ 2,2 milhões devido, principalmente, a variação monetária sobre empréstimos e financiamentos e receitas sobre aplicações financeiras.

Resultado financeiro			
(em milhões de R\$)	1T16	1T15	Var.
Variação monetária, líquida	13,3	0,0	100,0%
Juros sobre financiamentos e debêntures	(12,0)	(15,4)	-22,1%
Receita sobre aplicação financeira	2,0	1,1	81,8%
Ajuste a valor presente ICPC-01	(0,3)	(0,1)	200,0%
Outros efeitos financeiros	(0,8)	(0,1)	700,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2,2</b>	<b>(14,5)</b>	<b>115,2%</b>

### LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$10,0 milhões no 1T16 enquanto no 1T15 apurou-se prejuízo de R\$1,7 milhões.

### ENDIVIDAMENTO

A ECO101 encerrou março de 2016 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 61,9 milhões. O endividamento financeiro bruto (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e credor pela concessão) atingiu R\$ 307,8 milhões em 31 de março de 2016 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), foi de R\$ 245,4 milhões, queda de 0,9% quando comparado com 31 de dezembro de 2015.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/03/2016	31/12/2015	Var.
<b>Curto Prazo</b>	<b>307,0</b>	<b>315,7</b>	<b>-2,8%</b>
Empréstimos e financiamentos	307,0	315,7	-2,8%
<b>Longo Prazo</b>	<b>0,3</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>
Empréstimos e financiamentos	0,3	-	100,0%
<b>Endividamento Financeiro Bruto<sup>1</sup></b>	<b>307,3</b>	<b>315,7</b>	<b>-2,7%</b>
Credor pela Concessão	0,5	0,5	0,0%
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>307,8</b>	<b>316,2</b>	<b>-2,7%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	61,9	68,1	-9,1%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>245,9</b>	<b>248,1</b>	<b>-0,9%</b>
<b>Endividamento Financeiro Líquido<sup>1</sup></b>	<b>245,4</b>	<b>247,6</b>	<b>-0,9%</b>

<sup>1</sup> Exclui a dívida com o credor pela concessão

## Comentário do Desempenho

### CAPEX

O Capex realizado pela ECO101 totalizou R\$ 12,3 milhões no 1T16. Os principais investimentos realizados foram em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhões de R\$)	1T16		Total
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	
ECO101	12,3	-	12,3

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/A foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 115,5 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

\*\*\*\*\*

## Notas Explicativas

### 1. Informações gerais

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101" ou "Companhia") foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES.

Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para Administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 19. As operações de cobrança de pedágio iniciaram em 18 de maio de 2014. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2016 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 5 de maio de 2016.

### 2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015"), publicadas no dia 16 de março de 2016 nos jornais Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Tribuna do Espírito Santo e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.ecorodovias.com.br](http://www.ecorodovias.com.br).

### 3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, não há impactos relevantes para a Companhia.



## Notas Explicativas

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	2.624	2.735
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	58.962	63.169
Aplicações compromissadas (b)	-	1.102
Aplicações automáticas compromissadas (c)	307	1.051
	<u>61.893</u>	<u>68.057</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de março de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 45,95% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 45,40% em Operações Compromissadas e 8,65% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a operações compromissadas não geram custos de IOF.

### 5. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico	8.144	8.503
Cupons de pedágio	801	829
Receitas acessórias	3.467	3.468
	<u>12.412</u>	<u>12.800</u>

Não existem títulos vencidos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

## Notas Explicativas

### 6. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" em 31 de março de 2016, no montante de R\$491 (R\$1.071 em 31 de dezembro de 2015), classificado no ativo circulante, refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais estão descritos na Nota Explicativa nº 27.

### 7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial	270	22
Adições	44	68
Atualização monetária	8	1
Saldo final	<u>322</u>	<u>91</u>

## Notas Explicativas

## 8. Imobilizado

	Custo			Depreciação			Residual			
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transferências	Saldos em 31/03/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Saldos em 31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015
Hardwares	20,1	21.675	214	-	21.889	(4.430)	(1.094)	(5.524)	16.365	17.245
Máquinas e equipamentos	5,1	796	621	-	1.417	(32)	(14)	(46)	1.371	764
Móveis e utensílios	12,0	1.767	54	-	1.821	(274)	(54)	(328)	1.493	1.493
Terrenos	-	423	63	-	486	-	-	-	486	423
Outros	15,2	733	-	5	738	(143)	(28)	(171)	567	590
		25.394	952	5	26.351	(4.879)	(1.190)	(6.069)	20.282	20.515

	Custo			Depreciação			Residual			
	Taxas médias anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transferências	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016
Hardwares	20,2	27.937	24	(3)	27.958	(9.718)	(1.409)	(11.127)	16.831	18.219
Máquinas e equipamentos	5,6	9.837	15	2	9.854	(397)	(138)	(535)	9.319	9.440
Móveis e utensílios	11,6	2.147	34	1	2.182	(433)	(63)	(496)	1.686	1.714
Terrenos	-	968	-	-	968	-	-	-	968	968
Outros	17,8	1.146	-	-	1.146	(257)	(51)	(308)	838	889
		42.035	73	-	42.108	(10.805)	(1.661)	(12.466)	29.642	31.230

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos períodos.

## Notas Explicativas

## 9. Intangível

	Custo				Amortização				Residual	
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas		Saldos em 31/03/2015
Contrato de concessão Intangível em andamento	250.361	12.475	-	(5)	262.831	(5.890)	(2.658)	-	(8.548)	244.471
Softwares de terceiros	5.144	242	-	-	5.386	-	-	-	5.386	5.144
	1.249	-	-	-	1.249	(301)	(61)	-	(362)	948
	256.754	12.717	-	(5)	269.466	(6.191)	(2.719)	-	(8.910)	250.563

  

	Custo				Amortização				Residual
	Taxas médias anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	
Contrato de concessão Intangível em andamento	(*)	359.846	47	359.893	(17.466)	(2.269)	(19.735)	342.380	
Softwares de terceiros	21,7	43	11.896	11.939	-	-	-	43	
		1.385	291	1.676	(555)	(83)	(638)	830	
		361.274	12.234	373.508	(18.021)	(2.352)	(20.373)	343.253	

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de março de 2016 é de 2,52% (4,14% em 31 de março de 2015).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

## Notas Explicativas

### 10. Imposto de renda e contribuição social

#### a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	31/03/2016	31/03/2016
Prejuízo fiscal	12.177	282	(2.003)	10.456	(1.721)
Provisão para férias e encargos diretores	169	16	-	185	16
Provisão para contingências	28	63	-	91	63
Provisão para manutenção (ICPC01)	1.399	451	-	1.850	451
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	13.773	812	(2.003)	12.582	(1.191)
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					
Reconciliação ativo/(passivo)					
Saldo em 31 de dezembro de 2015		13.773			
Receita de imposto de renda reconhecido no resultado		(1.191)			
Saldo em 31 de março de 2016		<u>12.582</u>			

## Notas Explicativas

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	5.043	4.842
2017	6.282	8.091
2018 a 2038	1.257	840
	<u>12.582</u>	<u>13.773</u>

### b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	15.186	(2.451)
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(5.163)	833
Despesas indedutíveis	6	(14)
Outros	(45)	(35)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(5.202)</u>	<u>784</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(4.011)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(1.191)	784

### c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	206	-
Despesa IR/CS corrente DRE	4.011	-
Total IR/CS pagos no período	(913)	-
Saldo final provisão IR/CS	3.304	-

**Notas Explicativas****11. Tributos a recuperar**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	168	513
IRPJ a recuperar	530	-
	<u>698</u>	<u>513</u>

**12. Impostos, taxas e contribuições a recolher**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
COFINS	949	686
PIS	178	147
ISS	708	784
INSS fonte	221	357
ISS fonte	111	295
PIS/COFINS/CSLL s/ prest. serv.	344	250
Outros impostos	127	179
	<u>2.638</u>	<u>2.698</u>

**13. Empréstimos e financiamentos**

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Em moeda nacional - BNDES	Maio de 2016	UMBNDDES+4,05% a.a.	103.671	113.633
Em moeda nacional - BNDES	Abril de 2016	TJLP + 4,05% a.a.	142.169	141.458
Em moeda nacional - BNDES	Abril de 2016	TJLP462 + 4,05% a.a.	60.954	60.649
Em moeda nacional – Banco Volkswagen	Dezembro de 2019	21,27% a.a.	458	-
			<u>307.252</u>	<u>315.740</u>
Circulante			306.993	315.740
Não circulante			259	-

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial	315.740	193.599
Adições	339	17.773
Pagamento principal	(14)	-
Juros pagos	(7.507)	(3.997)
Variação cambial	(13.333)	-
Encargos financeiros	12.027	15.439
Saldo final	<u>307.252</u>	<u>222.814</u>

## Notas Explicativas

- a) O contrato requer a manutenção dos seguintes índices financeiros: (i) a razão entre patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) a razão entre a dívida líquida e o “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA*” ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O contrato também possui aval da controladora. A Companhia apresenta a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros em 31 de março de 2016:

Índices financeiros	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	20,46%
(ii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,00	3,03 (**)

(\*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

(\*\*) A Companhia foi notificada pelo BNDES pelo não cumprimento do índice para que o cumpra num prazo de 60 dias a partir de 19 de janeiro de 2016, ou que ofereça garantias reais ou fiança bancária. Em 18 de março de 2016, o BNDES prorrogou o prazo até 31 de dezembro de 2016.

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A1	106.478	96.757	-	Única
A2	34.113	-	-	
B1	45.633	41.467	-	Única
B2	14.620	-	-	
C1	50.703	45.968	-	Única
C2	16.244	-	-	
Total	267.791	184.192	-	

## 14. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/03/2016	31/12/2015
Salários e outras obrigações a pagar	536	1.811
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	335	323
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	72	103
IRRF a recolher	365	126
Contribuição sindical a recolher	21	-
Provisão de férias e encargos sobre provisão de férias	1.854	1.665
Provisão de 13º salário e encargos sobre 13º salário	308	-
	<b>3.491</b>	<b>4.028</b>



## Notas Explicativas

### 15. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial Companhia	Natureza	Ativo		Passivo
		Circulante	Intangível	Contas a pagar
Circulante				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	1.588
Unimar Transportes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	404
Vix Logística S.A. (e)	Outras partes relacionadas	-	-	435
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	30	8
CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Engenh. Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	386	86
Engenharia e Constr. Araribóia (g)	Outras partes relacionadas	-	1.325	355
Incospal Construções Pré-Fabricadas Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	-	77
Conc. Rodov. Ayrton Senna e Carv. Pinto – Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Outras partes relacionadas	-	-	1
Concessionária Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Outras partes relacionadas	-	-	6
<b>Total em 31 de março de 2016</b>		-	<b>1.741</b>	<b>2.960</b>
Total em 31 de dezembro de 2015		-	13.121	3.633

  

Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados		Despesas gerais e administrativas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta		1.323	369
Unimar Transportes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas		1.367	-
Vix Logística S.A. (e)			1.499	-
<b>Total em 31 de março de 2016</b>			<b>4.189</b>	<b>369</b>
Total em 31 de março de 2015			6.227	867

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$6.770, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

(b) CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$12.067. O prazo para execução destes serviços é dezembro de 2016. Em 31 de março de 2016 há um saldo a pagar no total de R\$94, com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

## Notas Explicativas

- (c) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as companhias (provisões de 13º salário e férias). Os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (d) A Unimar Transportes Ltda. ("Unimar") é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Companhia. O objeto do contrato entre a Unimar e a Companhia é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de março de 2016 já havia incorrido o montante de R\$12.360 em serviços prestados. Em 31 de março de 2016 existe um saldo em aberto a pagar de R\$404 de serviços já incorridos, com vencimento em até 45 dias, e não incorrem juros ou atualizações.
- (e) A Vix Logística S.A. ("Vix") é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Companhia. O objeto do contrato entre a Vix e a Companhia é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de março de 2016 já havia incorrido o montante de R\$13.458 em serviços prestados. Os saldos em aberto de serviços já realizados de R\$435 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.
- (f) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. presta serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$3.195. O prazo para execução desses serviços é até julho de 2016. Em 31 de março de 2016 já havia incorrido o montante de R\$1.545 e há um saldo a pagar de R\$77, com vencimento em até 45 dias e não incorrem juros ou atualizações.
- (g) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações S.A., que possui 27,5% de participação no capital social da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Araribóia e a Eco101 é de prestação de serviços de reparos localizados para recuperação de pavimento da BR -101 no trecho sob administração da Concessionária. O prazo para execução desses serviços é 30 de junho de 2016. O valor total do contrato é de R\$27.445, sendo que até 31 de março de 2016 já foram incorridos R\$13.259. Os saldos em aberto a pagar de R\$355 tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

No período findo em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2016 em R\$1.108 (R\$1.071 em 31 de dezembro de 2015).

A remuneração paga aos administradores nos períodos está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Remuneração (fixa/variável)	223	307
Previdência privada	10	-
Plano de opção com base em ações (Vide Nota Explicativa nº 20.e)	31	62
	<u>264</u>	<u>369</u>

## Notas Explicativas

### 16. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 25,64% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Adição	Efeito financeiro	31/03/2015
Constituição da provisão para manutenção	2.824	1.594	-	4.418
Efeito do valor presente sobre a constituição	(1.266)	(613)	-	(1.879)
Ajuste a valor presente das realizações	-	-	59	59
	1.558	981	59	2.598
Não circulante	1.558			2.598

  

	31/12/2015	Adição	Efeito financeiro	31/03/2016
Constituição da provisão para manutenção	9.198	2.502	-	11.700
Efeito do valor presente sobre a constituição	(5.318)	(1.465)	-	(6.783)
Ajuste a valor presente das realizações	235	-	289	524
	4.115	1.037	289	5.441
Circulante	-			-
Não circulante	4.115			5.441

### 17. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	81	-	81
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	134	19	153
(-) Pagamentos	(14)	(19)	(33)
(+) Atualização monetária	68	-	68
Saldos em 31 de março de 2016	269	-	269

#### a) Processos cíveis

A Companhia possui processos de natureza cível, que totalizam R\$6.493 em 31 de março de 2016 (R\$3.927 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

#### b) Processos tributários

## Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

### c) *Processos trabalhistas*

Em 31 de março de 2016, existiam processos de natureza trabalhista que totalizam R\$3.450 (R\$3.968 em 31 de dezembro de 2015), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

## 18. Obrigações com o poder concedente

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Taxa de fiscalização ANTT	<u>453</u>	<u>453</u>

A Companhia assumiu compromisso decorrente da concessão referente a Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial	453	419
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	1.360	1.257
Pagamento	<u>(1.360)</u>	<u>(1.257)</u>
Saldo final	<u>453</u>	<u>419</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de março de 2016, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>31/03/2016</u> <u>Previsão de 2016-2038</u>	<u>31/12/2015</u> <u>Previsão de 2016-2038</u>
Melhorias na infraestrutura	1.714.820	1.682.178
Conservação especial (manutenção)	528.092	514.606
Equipamentos	325.133	317.588

## 19. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$150.000, representado por 150.000.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

## Notas Explicativas

### b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 150.000.100 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

### c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos acumulados até 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não há constituição de Reserva Legal.

### d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No período findo em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não foram distribuídos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

### e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada em 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo Ecorodovias. O Conselho de Administração da Ecorodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de valorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias

## Notas Explicativas

Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia da EcoRodovias Infraestrutura.

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de março de 2016, foi registrado na rubrica “Plano de opções com base em ações” o valor de R\$30 (R\$62 em 31 de março de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

O Conselho de Administração disponibilizou 262.700 ações ordinárias para esse plano, como segue:

	<b>1º outorga</b>	<b>2º outorga</b>	<b>3º outorga</b>	<b>4º outorga</b>	<b>5º outorga</b>
Data	31/08/2010	22/03/2011	25/04/2012	25/04/2013	28/04/2014
Quantidade de opções de ações	-	28.516	30.587	64.754	138.843
Preço de período - R\$ por ação	9,95	13,06	13,58	17,51	12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

**Notas Explicativas**

	1º outorga	2º outorga	3º outorga	4º outorga	5º outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-
Outorgadas	-	28.516	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	-	28.516	-	-	-	-
Outorgadas	-	-	30.587	-	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	-	28.516	30.587	-	-	59.103
Outorgadas	-	-	-	64.754	-	64.754
Em 31 de dezembro de 2013	-	28.516	30.587	64.754	-	123.857
Outorgadas	-	-	-	-	138.843	138.843
Em 31 de dezembro de 2014	-	28.516	30.587	64.754	138.843	262.700
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	-	28.516	30.587	64.754	138.843	262.700
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2016	-	<b>28.516</b>	<b>30.587</b>	<b>64.754</b>	<b>138.843</b>	<b>262.700</b>

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2016	17,72	58.545	2,67	157	11 meses
2017	17,73	50.900	3,16	161	23 meses
2018	14,04	34.713	2,10	73	35 meses
		144.158	2,64	391	

**20. Receita líquida**

	31/03/2016	31/03/2015
Receita com arrecadação de pedágio (a):		
Pedágio em numerário	<b>21.753</b>	21.215
Pedágio por equipamento eletrônico	<b>21.096</b>	20.440
Vale-pedágio	<b>2.410</b>	3.128
Outras	-	1
	<b>45.259</b>	44.784
Receita de construção (c)		
Receitas acessórias (b)	<b>11.944</b>	11.844
Receita bruta	<b>162</b>	268
Deduções da receita bruta (b)	<b>57.365</b>	56.896
Receita líquida	<b>(3.870)</b>	(3.833)
	<b>53.495</b>	53.063

Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre o faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

## Notas Explicativas

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	<b>45.259</b>	44.784
Receitas acessórias	<b>162</b>	268
	<b>45.421</b>	45.052
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	<b>(1.363)</b>	(1.352)
PIS (0,65%)	<b>(295)</b>	(293)
ISS (2% a 5%)	<b>(2.212)</b>	(2.188)
	<b>(3.870)</b>	(3.833)

### 21. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Pessoal	<b>6.295</b>	6.033
Conservação e manutenção	<b>3.685</b>	3.738
Serviços de terceiros (a)	<b>8.890</b>	9.676
Seguros (vide Nota Explicativa nº 27)	<b>623</b>	754
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 18)	<b>1.360</b>	1.257
Provisão para manutenção	<b>1.037</b>	981
Custos com construção	<b>11.944</b>	11.844
Depreciações e amortizações	<b>4.013</b>	3.909
Locação de imóveis e máquinas	<b>563</b>	687
Outros custos e despesas operacionais	<b>2.053</b>	2.181
	<b>40.463</b>	41.060
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	<b>38.587</b>	36.676
Despesas gerais e administrativas	<b>1.876</b>	4.384

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

### 22. Resultado financeiro

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	<b>2.019</b>	1.106
Varição cambial/monetária sobre empréstimos (*)	<b>13.333</b>	-
Atual. Monetária ativa	<b>26</b>	1
	<b>15.378</b>	1.107
Juros sobre financiamentos e empréstimos	<b>(12.027)</b>	(15.439)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	<b>(289)</b>	(59)
Atual. Monetária obrigações fiscais	<b>(68)</b>	(8)
Despesas bancárias	<b>(2)</b>	(1)
Outras	<b>(839)</b>	(54)
	<b>(13.225)</b>	(15.561)
Resultado financeiro	<b>2.153</b>	(14.454)

(\*) A Variação Monetária ativa sobre o empréstimo mantido junto ao BNDES pela Companhia, deve-se ao fato da redução do dólar no período, sendo esta a principal moeda da cesta "UMBNDDES", que é o fator de correção do referido empréstimo.

### 23. Lucro (prejuízo) por ação

a) Lucro (prejuízo) básico



## Notas Explicativas

O lucro (prejuízo) básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Lucro (prejuízo) do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<b>9.984</b>	(1.667)
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação	<b>150.000</b>	150.000
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações continuadas	<u><b>0,07</b></u>	<u>(0,01)</u>

### b) Lucro (prejuízo) diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa nº 20.e, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

## 24. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de março de 2016, a PLR foi de R\$350 (R\$643 em 31 de março de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

## 25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

### Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

## Notas Explicativas

### a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de cambio e o risco da taxa de juros.

#### Índices de endividamento

	<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Dívida (i)	307.705	316.193
Caixa e equivalentes de caixa	(61.893)	(68.057)
Dívida líquida	245.812	248.136
Patrimônio líquido (ii)	136.042	126.028
Índice de endividamento líquido	1,81	1,97

(i) A dívida é definida pelos empréstimos e financiamentos e obrigações com o poder concedente circulante (Nota Explicativa nºs 13 e 18).

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

#### Considerações gerais

A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.

- Aplicações financeiras: são formadas por CDB e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,3% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e obrigações com o poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

#### Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2016 são como segue:

	<b>Classificação</b>	<b>Contábil</b>	<b>Mercado</b>
Ativos			
Caixa e bancos (b)	Empréstimos e recebíveis	2.624	2.624
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	12.412	12.412
Aplicações financeiras (b)	Empréstimos e recebíveis	59.269	59.269
Passivos:			

## Notas Explicativas

	<b>Classificação</b>	<b>Contábil</b>	<b>Mercado</b>
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	5.128	5.128
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	307.252	307.252
Obrigações com o poder concedente	Outros passivos financeiros	453	453

(a) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Os empréstimos e financiamentos aproximam-se do valor justo na data do balanço.

### b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$7.996 (R\$8.460 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

### d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

## Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDDES	TJLP462 + 4,05%	61.235	-	-	-
BNDDES	TJLP + 4,05%	142.771	-	-	-
BNDDES	Cesta de moedas + 4,05%	104.767	-	-	-

### Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I – provável	Cenário II – 25%	Cenário III – 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CCDI	6.270	4.702	3.135
BNDDES	Alta do TJLP	(1.723)	(2.153)	(2.692)
BNDDES	Alta da cesta de moedas	(2.791)	(3.489)	(4.187)
		1.756	(940)	(3.744)

(\*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI	13,25%	9,94%	6,63%
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Cesta de Moedas	4,09%	5,12%	6,14%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

## Notas Explicativas

### 26. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribuiu com 1% do salário nominal do colaborador. Em 31 de março de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$69 (R\$34 em 31 de março de 2015), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

### 27. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de março de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura R\$ mil
Equipamentos	Novembro de 2015 a novembro de 2016	134
Veículos	Julho de 2015 a julho de 2016	Tabela FIPE
“All Risk” - Responsabilidade Civil	Fevereiro de 2015 a maio de 2016	213.158
“All Risk” - Riscos operacionais	Maior de 2015 a maio de 2016	1.477.328
Seguro garantia	Maior de 2015 a maio de 2016	292.241

### 28. Evento Subsequente

Em 15 de abril de 2016, passou a vigorar o novo Contrato de Financiamento, assinado em 21 de março de 2016, pela Companhia com o Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES, mediante abertura de crédito no montante de R\$882.144. As liberações serão realizadas em 14 subcréditos. O referido contrato substitui o contrato vigente, referenciado na nota explicativa nº 13. Para os subcréditos “A”, “B1”, “B2”, “B3”, “B4”, “B5”, “B6”, “C1”, “C2”, “C3”, “C4”, “C5” e “C6”, o índice de correção da dívida será TJLP + 3,84% a.a. Para o subcrédito “C-SOCIAL”, o índice de correção será apenas a TJLP. A amortização dos juros será cobrada trimestralmente até dezembro de 2019, e mensalmente, a partir de janeiro de 2020. A amortização do principal será em 150 prestações mensais, conforme liberações. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros (covenants).

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Serra – E.S.

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de maio de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3